

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (L 13146, DE 6.7.2015 – EPD) (NOTÍCIA DO NOVO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO)¹

Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery^{*}



Entrará em vigor em 3.1.2016,² no Brasil, o EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência – L 13146/2015), também denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, que cria um microsistema de proteção de todos quantos apresentem disfunção física ou psíquica, de longo prazo, de natureza “física, mental, intelectual ou sensorial”, capaz de obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (EPD 2⁰).

A lei busca propiciar a inclusão social e o pleno exercício da cidadania de quem sofre qualquer uma dessas deficiências, avaliáveis por equipe multiprofissional e interdisciplinar capaz de detectar no periciando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais que norteiam a experiência dessa pessoa; as limitações no desempenho de atividades e as restrições de participação social efetiva do deficiente (EPD 2⁰, § 1⁰ I a IV).

O sistema legal no EPD 3⁰ cuida de enumerar uma série de palavras chaves capazes de transmitir a ideia precisa e concisa daquilo que é fundamental conhecer para aplicar a lei, desde o que se entende por “pessoa com mobilidade reduzida”,

¹ Este texto foi extraído de obra de nossa autoria “Instituições de Direito Civil – vol. V, Direito de Família”, publicado pela Editora Thomson Reuters, em São Paulo, em 2015.

^{*} Professora Livre Docente de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP - Brasil

² Contagem feita de acordo com a LC 95/98 8.º § 1.º: inclui-se o dia da publicação (7.7.2015) conta-se o prazo de cento e oitenta dias (2.1.2016) e a lei entra em vigor no dia seguinte ao do término do prazo: 3.1.2016.

por exemplo, até o sentido do que seriam “barreiras urbanísticas”, no trato das questões que emergem da necessidade de tornar isonômico o tratamento público de todos que se incluam na definição de deficiente.

A não discriminação e a igualdade de todos é o ponto chave da funcionalidade normativa da L 13146/2015, impondo-se a todos (particulares e Estado) o dever de denunciar o conhecimento de fato capaz de obstar o acesso de deficientes ao estatuto de paridade que se lhe oferece.

Segundo prescreve o EPD 9^o, a pessoa com deficiência tem direito a atendimento prioritário, no uso de serviços públicos e no trâmite de processos judiciais (EPD 9^o VII), estando tal prioridade, nos serviços médicos de emergência, públicos e privados, condicionada à obediência a protocolos médicos. Diante dos termos do EPD 9^o VII deve-se considerar ampliada a hipótese prevista no CPC 1048, do novo sistema processual, que cuida da prioridade de tramitação de feitos perante quaisquer juízo ou tribunal.

Embora a lei preconize a proibição de a pessoa com deficiência ser submetida a tratamento ou institucionalização forçada, se estiver sob curatela poderá ter seu consentimento suprido (EPD 11), após, entretanto, lhe ter sido assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de seu consentimento. A lei instiga a todos o cumprimento de deveres para com os deficientes, especificando atos e atividades relacionadas com o tratamento de deficientes, como, por exemplo, exorta a família, médicos e serviços públicos e privados a empregar cuidado extra para a obtenção de eventual autorização para a submissão do deficiente a pesquisa científica, mormente se em situação de tutela ou curatela (EPD 12 e § 2^o), ressalvadas evidentemente as hipóteses de estado de necessidade (risco de morte e emergência de saúde), quando então o tratamento pode ser ministrado, sem o consentimento do paciente, em estado emergencial, mas, então, segundo protocolos médicos.

Após a lei entrar em minúcias sobre o cuidado de saúde e educação da pessoa com deficiência, explicitando regras sobre atendimento médico e acessibilidade escolar, a lei trata do direito ao trabalho, da capacitação e da reabilitação profissional, como forma de inclusão da pessoa deficiente (EPD 36 e §§), bem como fomenta o desenvolvimentos científico, a pesquisa, a inovação e a capacitação tecnológica dos interessados.

O deficiente tem direito de receber para prover sua subsistência o valor mensal de 1 salário-mínimo, nos termos da L 8742/1993 e tem direito à aposentadoria, nos termos da LC 142/2013 (EPD 40 e 41).

Como a lei garante à pessoa com deficiência o direito ao lazer, também cuida de prever formas de facilitar a acessibilidade dessas pessoas a locais , espaços, teatros e centros de cultura, onde se realizam atividades culturais, de esporte, turismo e lazer. O direito ao transporte e a mobilidade social também é assegurado à pessoa com deficiência, chegando o EPD a prever minúcias de condutas, como a obrigatoriedade de as locadoras de veículos serem obrigadas a oferecer 1 veículo adaptado a cada 20 veículos da frota, bem como a obrigatoriedade de as frotas de empresas de táxi reservarem 10% de seus veículos com qualidade de serem acessíveis à pessoa com deficiência (EPD 49 e segs e 52).

Todas as providências necessárias à garantia da acessibilidade do deficiente a prédios e espaços públicos e privados são previstas no EPD 53 a 60, bem como o cuidado com a informação e comunicação acessíveis à pessoa com deficiência, com invocação específica da incidência do CDC 30 e CDC 36 a 38 para as informação de interesse de deficientes e para a tecnologia assistiva (EPD 74).

Também o EPD garante o direito à participação dessas pessoas na vida pública e política (EPD 76).

A lei fala no “direito ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas” (EPD 84),

dispondo especificamente sobre a pessoa submetida à curatela, ressaltando que tal situação não implica exposição pública da situação pessoal do curatelado (EPD 86).

A proteção completa da pessoa com deficiência implica a tipificação de condutas que resguardem o deficiente contra discriminação pessoal ou malversação de seus bens (EPD 88 a 91), como forma de zelo de sua pessoa e patrimônio.

Nas disposições legais finais e transitórias, o EPD 91 cria o Cadastro nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (cadastro-inclusão), “registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos”.

O EPD opera mudanças na legislação brasileira, sendo de interesse para o Direito Civil, as seguintes:

O EPD derroga o CC 3^o *caput*, que passou a prescrever que “são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos”. Com isso, transferiu para o CC 3^o *caput* o conteúdo do CC 3^o I e ab-rogou o CC 3^o II e III, que – além dos menores de 16 anos – também considerava incapazes “os que, por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos”, bem como “os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade”.

Também foi alterado o CC 4^o, para derrogar o CC 4^o II e III, dando-lhes outros textos. Assim, não são mais considerados relativamente incapazes as pessoas que “por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido”, tampouco nessa classe se incluem os “excepcionais, sem desenvolvimento mental completo”. A opção do EPD foi englobar as duas anteriores hipóteses do CC 4^o II, parte final, e do CC 4^o III numa prescrição mais concisa, agora assim posta no texto novo do CC 4^o III: “aqueles que, por causa transitória ou permanente, não pude-

rem exprimir sua vontade”.

Foi feita alteração de redação do CC 4^o par. ún., apenas para constar no lugar de “dos índios” a expressão “dos indígenas”.

Referidas mudanças, que aludem à capacidade das pessoas, não ficaram estruturadas de maneira melhor no EPD, mesmo porque os fatos que ensejavam o reconhecimento da incapacidade total e parcial de alguém, são fatos da vida, apreciáveis caso a caso e passíveis de serem colhidos na apuração de episódios que justifiquem a interdição de alguém, ou a nulidade de atos e negócios jurídicos praticados por quem tenha o discernimento reduzido. Todas as prescrições do CC alteradas estão inseridas no sistema civil de proteção da pessoa e não deveriam ter sido alteradas.

As alterações podem transmitir a falsa ideia de que patologias e limitações efetivamente provadas na vivência pessoal de alguém não as impediria de praticar atos da vida civil, e isto é um *non sense*. Impedem sim.

Mas pode-se compreender o intuito do EPD: retirar eventual sugestão de conteúdo discriminatório dessas prescrições, que mencionava genericamente situações em que alguém pudesse ser apontado como incapaz, sem ter sido assim declarado por juízo competente. Compreende-se. Porém, a alteração era desnecessária e – o pior – confere proteção diminuta ao incapaz, quando da prática de atos da vida civil. Por exemplo, a pessoa que, embora não interditada, efetivamente, por deficiência mental, tiver reduzido seu discernimento, e realizar, v.g., contrato de empréstimo, estará vinculada aos termos desse negócio, sem que se possa alegar sua invalidade?

Evidentemente, o negócio jurídico de empréstimo poderá vir a ser questionado e a prova do não discernimento poderá redundar na invalidade do negócio jurídico. Mas isso se fará de forma mais difícil, porque para o novo sistema (EPD 114 – quanto à parte que alterou o CC 3^o e 4^o) considera-se incapaz

quem não pode exprimir sua vontade, coisa muito diversa e menos abrangente do que ter a pessoa *discernimento reduzido*. A expressão “discernimento reduzido” era mais abrangente e protegia mais e melhor a pessoa em situação de risco.

De toda a maneira, caberá ao juiz determinar a realização de prova para tornar mais clara a efetiva a participação voluntária, eficaz e legítima, de pessoa com baixo discernimento intelectual na realização de atos e negócios da vida civil, quando vier a ser questionada a validade e eficácia desses negócios. Os processos, com essas mudanças, ficarão mais difíceis de serem solucionados em favor do prejudicado. Errada e muito infeliz a mudança!

Foi revogado o CC 228 II e III, que prescrevia o seguinte: CC 228 *caput*: *Não podem ser admitidos como testemunhas*: II. “aqueles que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática de atos da vida civil”; III. “os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhe faltam”.

Pergunta-se: quem exatamente o EPD quer proteger com a revogação desses dois incisos, postos para resguardar tais pessoas do risco do falso testemunho? Ora, nas hipóteses previstas na lei (CC 228 II e III) o juiz não pode tomar o compromisso dessas pessoas, para protegê-las de eventual tipicidade do crime de falso testemunho!

Ainda que – como de fato ocorreu – tivesse sido acrescentado ao CC 228 o § 2º, onde se vê que “*a pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva*”, a questão que se coloca no caso não é a da forma como o juiz irá perceber a transmissão da ideia que se quer revelar, *durante* o depoimento. Não. O problema de que cuidava o CC 228 II e III tinha a ver com a percepção que o deficiente possa ter tido do *fato probando*, por causa de suas peculiares condições pessoais. Nada tinha isso de discriminató-

rio: ao contrário, as prescrições tinham natureza de norma protetiva daquele a quem não se poderia imputar a prática de crime de falso testemunho, porque – no caso – o juiz não tomaria o depoimento sob compromisso.

Pela EPD 114, também, houve uma alteração do CC 1518 para retirar do curador a possibilidade de revogar autorização para o casamento. Porém, parece que esse artigo não impede que o juiz da curatela possa ordenar a revogação da autorização, se vislumbrar causa para isso, a pedido do curador.

Foi acrescido, fora de lugar, de forma assistemática e não técnica, um § 2º ao CC 1550, do seguinte teor: “*a pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil (rectius=núbil) poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador*”. O parágrafo se choca substancialmente com o CC 1550 IV, porque “expressar vontade” não é a mesma coisa que “consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento”, pois, se substancialmente ficar demonstrado que o nubente contraiu casamento sem “consentimento”, de nada adianta a vontade expressada formalmente, por si ou por seu responsável: o casamento será anulável. Ou seja, em nada o acréscimo do parágrafo altera a cadência das coisas que são como são.

Foi revogado o CC 1557 IV, que já não considera erro essencial de pessoa o seguinte fato: “*a ignorância, anterior ao casamento, de doença mental grave que, por sua natureza, torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado*”. A palavra “enganado” no CC 1557 IV tinha a exclusiva finalidade de referir-se à ignorância e falta de conhecimento de um fato, por parte do outro nubente, qual seja, à incapacidade mental daquele com quem se convolou núpcias, incapacidade essa manifestada em tempo anterior ao casamento e não revelada ao outro. Em outras palavras, enganado está, no CC 1557 IV, em seu sentido *jurídico* e não popular. Não alude à dolo ou a engodo de quem quer que seja, mas – objetivamente – ao desco-

nhecimento de um fato principal para a vida em comum, a respeito de cuja ocorrência deveria ter tido acesso antes das núpcias. A previsão dessa hipótese como causa de anulabilidade do casamento era exclusivamente alusiva às peculiaridades do casamento, que pressupõe efetivas condições de os cônjuges viverem uma mesma realidade familiar com amplo conhecimento do perfil um do outro, para essa experiência. Poderia o legislador ter trocado a expressão “cônjuge enganado” por “cônjuge que consentiu em erro” e talvez com isso se abrandasse qualquer caráter discriminatório da norma, sem necessidade de qualquer outra alteração.

Com a exclusão dessa hipótese de anulação do casamento, a situação do cônjuge portador da patologia não revelada não necessariamente será mais segura, porque se impõe, então, causa para o divórcio e, com isso, não necessariamente situação de mais vantagem para o cônjuge com doença mental.

Outra alteração que consta da lei, aos termos do CC, está na alteração do texto do CC 1767 I e III. Do CC 1767 III, o EPD retirou da sujeição à curatela os “deficientes mentais”; do CC 1767 I, substituiu o texto antigo (“aqueles que, por enfermidade ou doença mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil”) para o seguinte: “aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade”.

Os textos não são iguais. Há grande diferença entre eles e para a vida das relações jurídicas civis há prejuízo para os incapazes pelo apequenar da expressão “exprimir sua vontade”, no lugar de falta de “discernimento”.

Uma alteração positiva é a da inclusão do inciso IV ao CC 1768, para constar que o interditando pode postular sua própria interdição. Isto vem dar oportunidade para as pessoas que padecem de doenças degenerativas, que avançam no tempo e lhes roubam a capacidade de discernimento, possam postular sua interdição, apontando pessoa de confiança que possa cuidar

da gestão de seus bens e dos cuidados com sua pessoa.

O EPD operou uma mudança positiva nas funções do MP, com relação a sua legitimidade para postular a interdição de pessoas com deficiência mental ou intelectual, com a alteração dos termos do CC 1769 I e II, tudo de forma compatível com a CF 127 *caput*.

Com a promulgação do novo CPC (L 13.105/2015 – que entra em vigor em 18.3.2016) e com o advento desse novo estatuto, que passa a vigor a partir de 3.1.2016, há que se dar especial atenção ao que consta do CPC 1072 II, que revoga expressamente o CC 1768 a 1773, no que toca ao processo de interdição.

A nosso ver, pela especialidade da norma, deve prevalecer a previsão dos EPD 114, que prevê novas e específicas regras para o processo de interdição, na conformidade do espírito do EPD. Assim os textos do CC 1768, 1769, 1771, 1772, 1775-A, 1777 deve permanecer como lhes deu o EPD, revogado, apenas, pelo CPC 1072 II, o CC 1773, pois o CPC 755 I e II e §§ pasará a reger os efeitos da sentença de interdição em sua inteireza.

Por fim, o EPD 116 cria um título novo para o Livro de Família do CC, dispondo no CC 1783-A, sobre o instituto da “*tomada de decisão apoiada*”, que contém regras de direito material e processual.

O processo de interdição e as alterações do CC operadas pelo CPC (L 13105/2015) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (L 13146, de 6.7.2015 – EPD).

Como acima dito, em 3.1.1016, entrará em vigor no Brasil o EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência – L 13146/2015), também denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

Entre tantas, o EPD opera mudanças formais e substanciais no *instituto da curatela e no processo de interdição*, sendo que este – por sua vez – já havia sofrido modificações po-

tenciais, por causa do advento do CPC (L 13105/2015), que passará a vigor em 18.3.2016.

Sem que o legislador ordinário tivesse atentado para a mudança que ele próprio aprovou no texto do CC, pelo comando do CPC 1072 II (L 13.105/2015 – também conhecida por novo CPC), nova mudança parcial ocorreu no conteúdo do texto do CC 1768 a 1773, ainda durante sua vigência, agora por força do novo estatuto (EPD), lei mais nova que o CPC e com vigência anterior à do CPC.

Considerando, à guisa de exemplo, que o então novo texto do CC 1768, em 3.1.1916, será aquele que lhe deu o EPD, e não o antigo texto desse mesmo artigo 1768 como constante no CC, a pergunta que se impõe responder é a seguinte: em 18.3.2016, quando entrar em vigor o CPC 1072 II, esse artigo CC 1768, já com a nova redação que lhe deu o EPD, será revogado? Ou, ao contrário, deve continuar a vigor, prevalecendo, então, o texto da lei mais nova, que operou alterações pontuais no conteúdo prescritivo do artigo ?

A dificuldade decorre, como se disse, do fato de que o CPC 1072 II revoga expressamente o CC 1768 a 1773, fixando uma sequência procedimental (CPC 747 a 758) completa e diversa para o processo de interdição e, ao contrário, a lei mais nova (EPD) altera o conteúdo desses mesmos artigos revogados do CC, pincelando alterações pontuais nos artigos revogados . Ou seja: pelo texto do novo sistema de processo civil, estão revogados os artigos que cuidam da “ação de interdição”, outrora alocados no CC 1768 a 1773. Em seu lugar, o novo CPC fixa as regras do processo de interdição nos artigos 747 a 758. Pelo EPD, o processo de interdição é o do CC, com as alterações que fixa.

Como se deve compreender, então, as alterações que o EPD imprimiu ao “processo de interdição”, modificando o conteúdo de artigos do CC que o CPC revogara anteriormente?

O problema é de *validade* e de *eficácia* da lei no tempo.

Ambas as leis valem no momento em que foram publicadas no Diário Oficial da União. Mas terão eficácia (produzirão efeitos) posteriormente, pois para ambas está previsto período de *vacatio legis*.

Pode-se argumentar com o fato de que o CPC é lei aprovada em março de 2015, ao passo que o EPD é lei aprovada em julho de 2015. Nesse sentido, o EPD é *lei nova* relativamente ao CPC, de sorte que o Estatuto (*lei mais nova*) deve prevalecer sobre o CPC (*lei mais velha*), que foi revogado tacitamente pelo EPD.

Exatamente, para Serpa Lopes:³

“Cumpre observar que não é o momento em que a lei entra em vigor o elemento caracterizador da sua anterioridade ou posterioridade a uma outra lei. Uma lei se diz posterior a outra, tendo-se em vista a data de sua publicação e não o momento de sua vigência. Assim, se antes do decurso da *vacatio legis*, uma outra lei for publicada contendo algum princípio colidente com a primeira,. Para os efeitos de conflito intertemporal, reputar-se-á posterior a última publicada, a despeito da anterior poder ter o seu prazo de vigência para uma época posterior”.

Parece que a lição de Serpa Lopes teria sido escrita exatamente para o conflito que ora se dá entre o EPD e o CPC, no que toca ao processo de interdição, pois ambas as leis encontram-se publicadas mas ainda em período de *vacatio legis*.

Porém – e é esta a dificuldade acrescida – o CPC, lei anterior, revogou os artigos CC 1768 a 1773, criando em seu lugar um novo procedimento para o processo de interdição (CPC 747 a 758). A prevalecer o raciocínio de Serpa Lopes - certíssimo, mas não para o caso - ter-se-ia que admitir a *re-priminção* dos artigos revogados pelo CPC e reaproveitados pelo EPD. Isto esbarraria na proibição de repriminção da norma.

Assim, em nosso entender, para o processo de interdi-

³ Miguel Maria de Serpa Lopes. *Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil*, v. I, 2. ed., Rio de Janeiro-São Paulo: Freitas Bastos, 1959, n. 19, p. 40.

ção, a partir de 18.3.206 passa a vigor o texto do CPC 747 a 758, porque o comando do EPD de especificamente alterar o texto de artigos revogados implicaria repristinação deles e, por isso, as alterações que operou em artigos já revogados não se consideram escritas.

Nada impede, evidentemente, que o juiz acolha algumas novidades do EPD por força argumentativa. Por exemplo: a possibilidade de o interditando pedir a sua própria interdição, diante do risco iminente do avanço de uma moléstia já diagnosticada, é fato interessante, pensado pelo legislador do EPD e que decorre do amplo direito de ação. Não está essa legitimidade prevista especificamente no CPC 747, porém nada no sistema impede o exercício de tal direito, que mesmo não especificamente mencionado no CPC exsurge da eficácia civil do direito fundamental de ação, em favor da possibilidade de o autor externar essa pretensão em juízo, pois nenhuma lesão ou ameaça de direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário (CF 5º. XXXV).

Há modificações no texto do CPC, a começar pela legitimidade de quem pode ajuizar a ação de interdição. Pelo novo sistema do CPC, a ordem será a seguinte: CPC 747: A interdição pode ser promovida: I – pelo cônjuge ou companheiro; II – pelos parentes ou tutores; III – pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando; IV - pelo Ministério Público; Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.

O CC priorizava a interdição pedida pelos pais e tutores (1768 I), dando importância, evidentemente, à situação de quem, tendo atingido a maioridade civil, não pudesse ainda reger sua pessoa e bens, por razão decorrente de peculiar condição pessoal. Os pais e os tutores, para essa hipótese, são aqueles que na família estão mais próximos dessa realidade do interditando. Com as modificações operadas na ordem dos legitimados, tem-se a impressão de que o legislador do CPC tam-

bém privilegiou as situações de interdição que colhem a pessoa já na vida adulta, após o exercício de plena capacidade anterior à moléstia. A ordem dos fatores não altera o conteúdo da norma, revelando-se, entretanto, muito curiosa a exclusão da palavra “pais” do rol dos legitimados, para incluí-los na condição genérica de *parentes*. Uma mudança desnecessária e sem sentido, que desdiz mezinhas regras do zelo familiar, naturais do poder familiar.

O texto do CPC 747 III é, entretanto, preocupante, por ser incompleto e por suscitar dúvidas. Evidentemente, *o representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando* é parte legítima para a interdição apenas se o interditando não tiver pais, parentes, cônjuge ou companheiro que possa atender-lhe nessa pretensão ou se, apesar de essas pessoas existirem, o internado estiver vivenciando experiência de abandono, a revelar que os interesses do interditando se chocam com os interesses de seu representante legal, ou com o interesse das pessoas de seu núcleo familiar. O *representante da entidade*, nesse caso, terá ou não legitimidade, conforme sejam apurados os fatos pertinentes a essa questão, no processo.

Em todas as hipóteses, de qualquer forma, cabe ao juiz nomear curador especial ao interditando, se entender não ser conveniente para seu interesse que a ação prossiga tendo como requerente aquele que inicialmente postulou a interdição, devendo o Ministério Público funcionar na causa, por causa do potencial interesse do interditando e, mais especificamente, podendo o MP promover a interdição, em caso de “doença mental grave”, caso não o façam os legitimados do CPC 747 I, II e III do CPC.

O autor do pedido deve juntar com a petição inicial os documentos que demonstrem a veracidade de suas afirmações, especificamente o laudo médico em que a moléstia ou incapacidade se revela (CC 750), bem como demonstrar, na petição inicial, quais fatos justificam o pedido e o momento que se

revelou a necessidade da interdição (CPC 749 *caput*), ocasião em que o juiz apreciará a urgência da nomeação de curador provisório ao interditando (CPC 749 par.ún.).

Necessariamente, o Juiz deverá ter contato pessoal com o interditando, indagando-lhe sobre sua situação pessoal e apurando - tanto quanto for possível - os fatos que importem a compreensão de sua realidade. O juiz pode se valer de especialista que o auxilie a compreender o real estado do interditando e empregar recursos tecnológicos adequados a lhe permitir compreensão dos fatos de interesse do processo, podendo ouvir pessoas ligadas ao interditando e intimá-las a presenciar essa entrevista. (CPC 751 e §§).

No prazo de 15 dias contados da entrevista prevista no CPC 751, o interditando poderá impugnar o pedido e o MP intervirá como fiscal da ordem jurídica. A impugnação do interditando se fará por advogado por ele constituído ou por curador especial, nomeado pelo juiz para o exercício desse *munus* (CPC 752 § 1º. e § 2º.). Os sucessores do interditando podem impugnar o pedido, caso não o faça o próprio interditando (CPC 752 § 3º.).

O processo de interdição terá sequência com a produção de prova pericial (CPC 753 §§), com a ouvida dos interessados (CPC 754) e com a prolação de sentença. Se decretar a interdição, o juiz nomeará curador que melhor possa exercer esse *munus*, (CPC 755 § 1º.), devendo fixar os limites da curatela (CPC 755 I) e as habilidades e potencialidades do interditado, para permitir-lhe experiência pessoal capaz de ajudá-lo à conquista da autonomia (CPC 758).

A função do curador será a de velar pela pessoa e bens do interdito, nos moldes e nos limites como fixados na sentença, conforme a conveniência do incapaz (CPC 757). Conforme prescreve o CPC 755 § 3º., “a sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a

que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente”.

Cessada a causa que justificou a interdição, será levantada a curatela, conforme CPC 756 e §§, publicando-se a sentença e determinando a averbação no Registro Civil das Pessoas Naturais, nos termos do CPC 756 § 3.

Vê-se que a lógica do CPC é de tornar *pública* a situação de incapacidade do interditado e que o EPD, de maneira diversa, pretende deixar cada vez mais “não evidente” esse fato. Para a segurança de atos e negócios da vida civil, evidentemente, é necessário que se tenha acesso amplo à notícia sobre a incapacidade de exercício – e em que limites – do que foi interditado. Tecnicamente, é pela publicidade dos atos registrais que se formaliza a possibilidade de interessados terem acesso à verdade desses fatos. E isso é uma das características mais marcantes do sistema jurídico, cuja funcionalidade é a de dar segurança para as relações jurídicas, segurança essa que não existe para quem negocia com pessoa interditada, sem saber – ou poder saber – desse fato. Ora, ninguém pode ser punido por resguardar seus direitos: saber da capacidade de exercício daquele com quem se contrata é tão necessário quanto assegurar-se objetivamente de que o negócio será cumprido e sobre que garantias o patrimônio da pessoa oferece para isso.

De toda a maneira, a utilização do conhecimento da limitação à capacidade civil de exercício de alguém para seu achincalhe constitui ato ilícito, ofensivo à potência afetiva do interditado e, como tal, passível de gerar danos indenizáveis. Mas isto é outra coisa.



INTERDIÇÃO

CONFLITO ENTRE O CPC E O EPD

CC (texto atualmente em vigor)	EPD (L 13146/15), em vigor a partir de 3.1.2016	CPC, em vigor a partir de 18.3.2016
<p>Art. 3.º</p> <p>São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:</p> <p>I – os menores de 16 anos;</p> <p>II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;</p> <p>III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p>	<p>Art. 3.º</p> <p>São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.</p>	
<p>Art. 4.º</p> <p>São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:</p> <p>I – os maiores de 16 anos e menores de 18 anos;</p> <p>II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;</p> <p>III – os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;</p> <p>IV – os pródigos.</p>	<p>Art. 4.º</p> <p>São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:</p> <p>I – os maiores de 16 anos e menores de 18 anos;</p> <p>II – os ébrios habituais e os viciados em tóxico;</p> <p>III – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;</p> <p>IV – os pródigos.</p>	

<p>Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.</p>	<p>Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.</p>	
<p>Art. 228. Não podem ser admitidos como testemunhas: I – os menores de 16 anos;</p> <p>II – aqueles que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil;</p> <p>III – os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltam;</p> <p>IV – o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes; V – os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.</p> <p>Parágrafo único. Para a prova de fatos que só elas conheçam, pode o juiz admitir o depoimento das pessoas a que se refere este artigo.</p>	<p>Art. 228. Não podem ser admitidos como testemunhas: I – os menores de 16 anos;</p> <p>II – [revogado];</p> <p>III – [revogado];</p> <p>IV – o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes; V – os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.</p> <p>§ 1.º Para a prova de fatos que só elas conheçam, pode o juiz admitir o depoimento das pessoas a que se refere este artigo.</p> <p>§ 2.º A pessoa com deficiência poderá testemunhas em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.</p>	<p>Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.</p> <p>§ 1.º São incapazes: I – o interdito por enfermidade ou deficiência mental; II – o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los; ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções; III – o que tiver menos de 16 anos; IV – o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam. [...]</p>

<p>Art. 1518. Até a celebração do casamento podem os pais, tutores ou curadores revogar a autorização.</p>	<p>Art. 1518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização.</p>	
<p>Art. 1550. É anulável o casamento: I – de quem não completou a idade mínima para casar; II – do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal; III – por vício da vontade, nos termos dos arts. 1.556 a 1.558; IV – do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento; V – realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges; VI – por incompetência da autoridade celebrante. Parágrafo único. Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.</p>	<p>Art. 1550. É anulável o casamento: I – de quem não completou a idade mínima para casar; II – do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal; III – por vício da vontade, nos termos dos arts. 1.556 a 1.558; IV – do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento; V – realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges; VI – por incompetência da autoridade celebrante. § 1.º Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada. § 2.º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.</p>	
<p>Art. 1557. Considera-se erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge: I – o que diz respeito à sua identidade, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em</p>	<p>Art. 1557. Considera-se erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge: I – o que diz respeito à sua identidade, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em</p>	

<p>comum ao cônjuge enganado;</p> <p>II – a ignorância de crime, anterior ao casamento, que, por sua natureza, torne insuportável a vida conjugal;</p> <p>III – a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável, ou de moléstia grave e transmissível, pelo contágio ou herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;</p> <p>IV – a ignorância, anterior ao casamento, de doença mental grave que, por sua natureza, torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado.</p>	<p>comum ao cônjuge enganado;</p> <p>II – a ignorância de crime, anterior ao casamento, que, por sua natureza, torne insuportável a vida conjugal;</p> <p>III – a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;</p> <p>IV – [revogado].</p>	
<p>Art. 1767. Estão sujeitos a curatela:</p> <p>I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil;</p> <p>II – aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade;</p> <p>III – os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;</p> <p>IV – os excepcionais sem completo desenvolvimento mental;</p> <p>V – os pródigos.</p>	<p>Art. 1767. Estão sujeitos a curatela:</p> <p>I – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;</p> <p>II – [revogado];</p> <p>III – os ébrios habituais e os viciados em tóxico;</p> <p>IV – [revogado];</p> <p>V – os pródigos.</p>	

<p>Art. 1768. A interdição deve ser promovida:</p> <p>I – pelos pais ou tutores; II – pelo cônjuge, ou por qualquer parente;</p> <p>III – pelo Ministério Público.</p>	<p>Art. 1768. O processo que define os termos da curatela deve ser promovido:</p> <p>I – pelos pais ou tutores; II – pelo cônjuge, ou por qualquer parente;</p> <p>III – pelo Ministério Público;</p> <p>IV – pela própria pessoa.</p>	<p>Art. 747. A interdição deve ser promovida:</p> <p>I – pelo cônjuge ou companheiro; II – pelos parentes ou tutores;</p> <p>III – pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;</p> <p>IV – pelo Ministério Público.</p> <p><i>Obs.: o CPC revoga o CC 1768.</i></p>
<p>Art. 1769. O Ministério Público só promoverá interdição:</p> <p>I – em caso de doença mental grave;</p> <p>II – se não existir ou não promover a interdição alguma das pessoas designadas nos incisos I e II do artigo antecedente;</p> <p>III – se, existindo, forem incapazes as pessoas mencionadas no inciso antecedente.</p>	<p>Art. 1769. O Ministério Público somente promoverá o processo que define os termos da curatela:</p> <p>I – nos casos de deficiência mental ou intelectual;</p> <p>II – se não existir ou não promover a interdição alguma das pessoas designadas nos incisos I e II do artigo antecedente;</p> <p>III – se, existindo, forem menores ou incapazes as pessoas mencionadas no inciso II.</p>	<p>Art. 748. O Ministério Público só promoverá a interdição em caso de doença mental grave:</p> <p>I – se as pessoas designadas nos incisos I, II e III do art. 747 não promoverem a interdição;</p> <p>II – se, existindo, forem incapazes as pessoas mencionadas nos incisos I e II do art. 747.</p> <p><i>Obs.: o CPC revoga o CC 1769.</i></p>
<p>Art. 1771. Antes de pronunciar-se acerca da interdição, o juiz, assistido por especialistas, examinará pessoalmente o arguido de incapacidade.</p>	<p>Art. 1771. Antes de pronunciar-se acerca dos termos da curatela, o juiz, que deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, entrevistará pessoalmente o interditando.</p>	<p>Art. 751. O interditando será citado para, em dia designado, comparecer perante o juiz, que o entrevistará minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferên-</p>

		<p>cias e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, devendo ser reduzidas a termo as perguntas e respostas. [...] § 2.º A entrevista poderá ser acompanhada por especialista. [...]</p> <p><i>Obs.: o CPC revogou o CC 1771.</i></p>
<p>Art. 1772. Pronunciada a interdição das pessoas a que se referem os incisos III e IV do art. 1.767, o juiz assinará, segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interdito, os limites da curatela, que poderão circunscrever-se às restrições constantes do art. 1.782.</p>	<p>Art. 1772. O juiz determinará, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, circunscritos às restrições constantes do art. 1.782, e indicará curador.</p>	<p>Art. 755. Na sentença que decretar a interdição, o juiz: I – nomeará curador, que poderá ser o requerente da interdição, e fixará os limites da curatela, segundo o estado e o desenvolvimento mental do interdito; II – considerará as características pessoais do interdito, observando suas potencialidades, habilidades, vontades e preferências. [...]</p> <p><i>Obs.: o CPC revogou o CC 1772.</i></p>